

**MEMÓRIA DISCURSIVA E ANTIRRACISMO: DISCURSOS SOBRE
“MOVIMENTO NEGRO” NO JORNAL AFRO-LATINO-AMÉRICA**
*DISCURSIVE MEMORY AND ANTI-RACISM: DISCOURSES ABOUT
“BLACK MOVEMENT” IN THE NEWSPAPER AFRO-LATINO-
AMÉRICA*

Rafael Petry Trapp¹

Resumo: O presente artigo objetiva analisar discursos sobre “movimento negro” nas páginas do jornal *Afro-Latino-América*, nas edições do ano de 1978, a partir da Análise de Discurso de influência de Michel Pêcheux. Através da análise, puderam-se constatar maneiras de mobilização de discursos sobre “movimento negro” e etnicidade no final dos anos 1970, quando da criação do Movimento Negro Unificado, no sentido de criação de subjetividades políticas “raciais” para a luta antirracista, ancorada na constituição de uma “memória discursiva”. Essa memória social – interdiscurso – “negra” constitui-se em um processo histórico e mantém-se constantemente atualizada pela produção discursiva do Movimento Negro brasileiro. Em que pese suas potencialidades políticas, no plano discursivo, esse processo, contudo, concorreu para o silenciamento sobre a mestiçagem na história e nas relações sociais no Brasil.

Palavras-chave: Movimento negro. Antirracismo. Memória discursiva.

Abstract: This article aims to analyze discourses about "black movement" in the newspaper *Afro-Latin America*, in the editions of 1978, based on Discourse Analysis of influence of Michel Pêcheux. Through analysis could be verified ways of discursive mobilization about "black movement" and ethnicity in the late 1970s, when the Unified Black Movement was created, in the sense of creating a “racial” political subjectivity for the anti-racist struggle, anchored in the constitution of a "discursive memory." This “black” social memory - interdiscourse – takes place in a historical process and remains constantly updated by the discursive production of the Brazilian Black Movement. Despite its political potential, in the discursive field, this process, however, contributed silencing about mestiçagem in the history and social relations in Brazil.

Key words: Black movement. Anti-racism. Discursive memory.

¹ Mestrando em História pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul - PUCRS. Bolsista do CNPQ.

INTRODUÇÃO

A pluralidade é uma das características mais marcantes do Movimento Negro no Brasil contemporâneo. Pluralidade de concepções políticas, de matrizes ideológicas, de estratégias de luta; de discursos, enfim. Essa amplitude, que além de política é também cultural, traduz-se em uma dúvida teórica e metodológica quanto aos sentidos atribuídos ao conceito de “movimento negro”, quando se o enuncia, bem como os efeitos de sentidos advindos de tal enunciação. Dúvida esta que este texto mesmo partilha. “Movimento Negro” ou “movimentos negros”?

Em 1978, em São Paulo, surgiu aquele que é um dos mais paradigmáticos movimentos sociais negros brasileiros, o *Movimento Negro Unificado* (MNU). O surgimento do MNU aparece documentado nas páginas de muitos jornais da chamada “Imprensa Negra”. Um dos mais importantes, nesse período, é o *Afro-Latino-América*, de São Paulo, que produziu um material que é rico em referências para pensar discursos relacionados à política antirracista e conceitos como “movimento negro”, “negro”, “povo negro”, etc.

O presente trabalho objetiva analisar os discursos sobre “movimento negro” nas páginas de *Afro-Latino-América*, nas edições do ano de 1978, a partir da Análise do Discurso de influência de Michel Pêcheux. Trata-se de uma proposta teórico-metodológica que procura problematizar processos de atribuição e construção de conceitos, bem como a relação entre discursos, condições de produção e historicidade na constituição de subjetividades étnicas. Tendo base na noção de materialidade e memória discursivas, a Análise do Discurso (AD) configura-se em uma área do conhecimento pertinente para pensar as relações entre língua, memória e história, no caso, a partir do discurso da imprensa étnica e militante.

DISCURSOS EM MOVIMENTO

Aquele tensionamento epistêmico antes mencionado sobre a forma de conceituar o que se convencionou chamar “Movimento Negro” é patente em muitas análises sobre a história do antirracismo no Brasil. Por um lado, singularizar o conceito garantiria unidade analítica e textual; por outro, a admissão de pluralidade concorreria para desnudar as especificidades de que o conceito é prenhe. Pensar, a partir de suas condições de produção, essa relação paradoxal, entre *singularidade* e *pluralidade*, refina o próprio conceito, visando uma compreensão de sua historicidade e consistência teórica. Esse tipo de paradoxo está presente na própria história do antirracismo no Brasil (COSTA, 2006). A complexidade da constituição do “Movimento

Negro” é também a da história do próprio conceito. O intelectual e militante Amauri Mendes Pereira considera que

Foram as Entidades e grupos de negros surgidos na década de 70 que tornaram comum o uso do termo *Movimento Negro* para designar o seu conjunto e as suas atividades. Documentos de Entidades e declarações de militantes do passado já haviam utilizado antes essa expressão, mas não chegara a fixar-se com o significado que tem hoje – Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando, através desse combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida para a população afro-brasileira (2008, p. 26. Itálico no original).

A década de 1970 é o contexto em que esse conceito passou a ser mais largamente utilizado e uma série de discursos sobre o antirracismo começaram a ser mobilizados. Os anos de chumbo da Ditadura Militar impuseram uma mordança às atividades políticas de muitos desses grupos e militantes. Para além da questão estritamente política, no plano discursivo, um dos grandes desafios desse *movimento* antirracista do final da década de 1970 foi o de lutar contra a ideologia da “Democracia Racial” (GUIMARÃES, 1999). De certa forma, tratou-se de um conflito ideológico entre *campos de força* antirracistas, através da imposição de categorias-chave, como “identidade”, “raça”, “racismo”, “desigualdade”, etc. Sobre as “condições de produção”, Eni Orlandi considera que

[...] Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação.
[...] Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (2009, p. 30).

No sentido das *condições de produção*, que envolvem, portanto, o contexto histórico imediato, a partir dos anos 1960 e 70, as lutas dos negros norte-americanos adquiriram projeção internacional e influenciaram ideologicamente a constituição do discurso antirracista do Movimento Negro em formação no Brasil (HOFBAUER, 2006). Além disso, os processos de descolonização da África trouxeram outra leva de conceitos importantes para o Movimento Negro no Brasil, como “nação”, “povo negro”, “libertação” e “África”. É fundamental, entretanto, considerar a emergência desse “Movimento Negro” brasileiro dos anos 1970 no contexto mais geral das lutas sociais da redemocratização. O “Movimento Negro”, contudo, se diferenciaria de outros movimentos sociais pela clivagem histórica da “raça” e do “racismo” (CARDOSO, 2002).

Nesse sentido, o debate conceitual “raça/classe” adquire importância, por haver uma tendência histórica do “Movimento Negro” à uma diferenciação política e

identitária que não subsuma as questões de “raça” às de “classe”. Essa é uma questão importante, pois as formulações teóricas de Pêcheux encontram centralidade também no materialismo histórico e na luta de classes (PÊCHEUX, 1993). Inúmeros estudos têm demonstrado a insuficiência do conceito de “classe” e de “luta de classes” para tratar da questão “racial” no Brasil (COSTA, 2006; SANSONE, 2007; PEREIRA, 2011). Ou seja, as questões étnicas não se subsumem em sua totalidade a uma ideologia de classe específica. Contudo, a noção de ideologia em Pêcheux é interessante por ser pensada a partir da linguagem e considerada como algo que produz tecidos de evidência subjetiva, no sentido da constituição de sujeitos (PÊCHEUX, 1993). A partir daí emerge o conceito de “formação ideológica”. Pêcheux considera que:

[...] “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”: essa lei constitutiva da *Ideologia* nunca se realiza em “geral”, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características “regionais” (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus, etc....) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. Por essa dupla razão, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes (1993, p. 167).

Poder-se-ia aventar a existência de formações ideológicas relacionadas ao antirracismo no Brasil. Alguns conceitos seriam aí fundamentais. Estado, sociedade, identidade nacional, racismo. A história mesma, enquanto formação ideológica cumpriu papel essencial no processo de constituição do Movimento Negro. O Movimento, representante de um “coletivo de indivíduos perdidos na história, desprovidos de sua lógica própria, sua identidade por afirmação” (CARDOSO, 2002, p. 17), buscou em uma suposta ancestralidade comum o substrato histórico para a construção da identidade “negra”, em contraposição à identidade nacional. Nesse sentido, assume grande importância a atuação da chamada “Imprensa Negra alternativa”, em jornais como *Jornegro*, *Árvore das Palavras*, *Quilombo*, *Jornal do MNU*, entre outros (DOMINGUES, 2007).

O jornal *Afro-Latino-América* está inserido nesse contexto de periódicos “negros”, muitas vezes dialogando com outros jornais da Imprensa Negra, jornais esses destinados majoritariamente à parcela “negra” da população. De 1977 a 1979 *Afro-Latino-América* discutiu questões as mais variadas: denúncias de discriminação racial; histórias de vida; os anseios da “Comunidade Negra”; a questão da mulher negra; literatura; movimentos de libertação africanos; etc. (KUCINSKI, 2003). Vejamos agora como certos discursos sobre o “Movimento Negro” circularam nas páginas de *Afro-*

Latino-América e qual sua relação com as condições de produção e a memória discursiva em torno do “negro” no final da década de 1970.

DISCURSOS SOBRE “MOVIMENTO NEGRO”

Não se pode entender a circulação de discursos sobre “Movimento Negro” em *Afro-Latino-América* sem uma compreensão do significado que o conceito de “negro” adquire nesse processo de mobilização antirracista do final dos anos 1970. A história do conceito e do negro é longa na historiografia brasileira, e demandaria um espaço aqui não existente. De qualquer forma, é um conceito central para se pensar a história do antirracismo no Brasil (HOFBAUER, 2006). Nos anos 1970, a retórica do “Movimento Negro” fará dessa uma categoria-chave na construção de sua luta política. Em 1978 surge, em São Paulo, o *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial* (MUCDR).

É interessante notar que o primeiro nome do movimento não continha a palavra “negro”. Essa só virá algum tempo depois, no primeiro congresso nacional da entidade, e, ainda depois, tronar-se-á apenas *Movimento Negro Unificado* (MNU). É o primeiro grande “Movimento Negro” contemporâneo no Brasil, e terá grande importância na criação de formações ideológicas e discursivas em torno do “negro” nas décadas seguintes no Brasil. Nas páginas de *Afro-Latino-América*, o intelectual e militante Clóvis Moura escreve o seguinte sobre o “negro”:

Sendo o negro a camada mais baixa da pirâmide social, excluída pela lógica do desenvolvimento capitalista periférico do aparelho produtivo, ao se colocar a problemática da sociedade democrática verdadeira, inevitavelmente estará ele presente na conquista dessa nova sociedade. Ressaltamos que o negro aqui entendido, não deve ser visto apenas ao nível empírico de análise, mas sim como a massa nativa em que se insere a população brasileira. Pretende-se com isso desencadear forte crítica à ideologia dominante, que visa a conciliação com os poderes instituídos daqueles que não possuem uma clara *consciência racial* (mar./abr.,1978, s.p. Itálico nosso).

Moura ressalta a subalternização do negro utilizando-se de categorias próprias de uma análise marxista da história. O marxismo e o leninismo serão bastante influentes no pensamento de muitos intelectuais ligados ao “Movimento Negro” nesse período. Esse sentido de análise o conduz a definir o negro em termos de uma *massa* da população. Tal era um dos principais objetivos políticos do MUCDR, qual seja, atingir o conjunto amplo da população negra brasileira. Projeto não concretizado, contudo. O reconhecimento de uma “consciência racial”, do pertencimento a uma “raça”, por parte dos negros, como destacado no fragmento citado, é parte fundamental dessa estratégia de poder contra a discriminação racial e as perversidades a ela vinculadas.

À essa estratégia política via conscientização está atrelada uma série de discursos, como “raça”, “povo”, “população”, “comunidade”, etc. A conceituação de “Movimento Negro” emerge nesse período, e parece ser resultado da projeção internacional das lutas dos negros norte-americanos, como os *Civil Rights Movements*, os *Black Panthers*, etc., como anteriormente mencionado. O seguinte editorial de *Afro-Latino-América*, documentando o ato de protesto em São Paulo e a criação do MNU, em julho de 1978, é sintomático nesse sentido:

Mais de mil negros nas ruas! Sem dúvida, uma grande vitória para o Movimento Negro. Isto demonstra como já afirmamos o ânimo da Comunidade. [...] O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial deu um grande salto político, ao nível da sociedade como um todo: faz-se respeitar e aumentou seu respaldo junto à Comunidade. [...] O movimento deveria reunir todos os setores da Comunidade Negra, independente da ideologia, contra um inimigo comum, a Discriminação Racial (n. 23, jul./ago.1978, p. 32).

A imagem do “negro na rua” traz efeitos de sentido vinculados a protesto, contestação e afirmação identitária, questões em voga nesse período. A nível discursivo, a “comunidade” que refere o texto contrapõe-se à formação discursiva corrente e dominante da “democracia racial”, que foi encampada pelos governos militares. O Brasil da “harmonia racial” quebrava suas supostas amálgamas e fraturava-se discursivamente em “comunidades”. A “comunidade negra” é uma das mais importantes, posto ser um dos principais elementos singularizantes da identidade nacional – como formação imaginária – brasileira, pelo menos até esse período. O jornal traz muitas matérias nas quais se pode perceber esse forte apelo comunitarista e diferencialista assumido pelo “Movimento Negro”.

O discurso de unidade da luta antirracista marca o surgimento do MNU: “[...] Agora também nasce uma forma de luta que vem concatenar todas as lutas negras do país, dando-lhe novo pulso e direção: o Movimento Negro/Unificado Contra a Discriminação Racial.” (n. 24, 1978, p. 42). Note-se nessa citação que não há ainda clareza nesse momento quanto ao uso do conceito “negro”, que aparece escrito ao lado de “unificado”. A perspectiva da “libertação”, muito calcada na influência dos processos de descolonização africanos, também se faz presente, como demonstra o seguinte trecho escrito pelo militante João Adão de Oliveira:

A comunidade negra organizada a nível nacional através do MNUCDR agora responde a qualquer ato racista que as classes dominantes e a sociedade alienada por estas fizer ao negro. Ao mesmo tempo em que aponta os caminhos na luta pela conquista da liberdade. [...] Hoje o Movimento é nacional, mas a alienação sofrida pelos negros foi muito forte e há muitos irmãos que ainda não entendem a luta de seu povo, se deixa levar pelas várias formas de dominação que os brancos poderosos nos impuseram (n. 24, 1978, p.41).

O *Movimento Negro Unificado* assume, portanto, a tarefa de conduzir os anseios do “negro”, entendido como uma massa alienada, mas potencialmente livre e libertadora. Há um nítido “jogo de espelhos” na construção do sujeito “negro” nesse trecho, ao se imaginar uma classe dominante de “brancos poderosos” conduzindo e impondo a dominação racial. A construção da subjetividade negra pelo antirracismo organizado também está baseada em formações imaginárias, portanto. A ideia de poder que embasa tal premissa supõe uma instância superior e apartada do tecido social, exercendo a opressão racial referida.

As páginas de *Afro-Latino-América* são fartas nesse tipo de perspectiva. Essa retórica pode ser vista como uma estratégia comunicativa que visa à uma “conscientização racial”. Esse processo, contudo, supõe, em primeiro lugar, a existência de uma *massa* de negros; em segundo, a sua *alienação*, no que se refere ao nível de conscientização “racial”.

MEMÓRIA DISCURSIVA E SILENCIAMENTO

As considerações acima evidenciam certas dinâmicas discursivas que embasam estratégias de poder, no campo do antirracismo, através do Movimento Negro. Para esse projeto, que é também político, há o uso de categorias de pensamento para a criação de uma subjetividade ancorada no pertencimento ao que se convencionou denominar “identidade negra”. Pensando sobre o funcionamento de tal processo e as formações discursivas que lhe são correlatas, faz-se mister refletir sobre o conceito de “memória discursiva”, posto que tal configura-se fundamental no processo referido. Não se trata aqui de considerar essa *memória* como individual e subjetiva, nem como lastro identitário ou uma narrativa de tradições, mas como “memória social inscrita no seio das práticas discursivas.” (INDURSKY, 1997, p. 43). Na AD, o conceito de memória é o “interdiscurso”. Eni Orlandi observa que

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (2009, p. 31).

Assim, o interdiscurso determina o que podemos dizer, é a base sob a qual repousa o arcabouço de palavras que os sujeitos da linguagem utilizam, “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” (ORLANDI, 2009, p. 33). O jornal *Afro-Latino-América* não deixa de cumprir papel em adicionar um amplo leque de novos conceitos e “dizeres” para instrumentalizar o “negro”, alvo de seu discurso político. Esses dizeres, este “estoque” discursivo, vem sendo amplamente utilizado na contemporaneidade pelos militantes do Movimento Negro. Afirma-se um discurso político baseado na origem africana, no pertencimento à negritude, etc., e aí interfere o interdiscurso da linguagem antirracista, que não pode deixar de essencializar as identificações étnicas.

Essa memória social – interdiscurso – “negra” constitui-se em um longo processo histórico e mantém-se constantemente atualizada pela produção discursiva do Movimento Negro. Inúmeros são os apelos pela busca e preservação de uma “memória negra”, em livros, artigos, conferências etc. Contudo, no sentido da Análise do Discurso, muito mais interessante é considerar a produção de “efeitos de memória” que incidem na criação e atualização de dizeres possíveis, bem como na constituição de formações discursivas. Assim,

[...] a memória discursiva permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna. Tal efeito de memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, por conseguinte, homogêneo (INDURSKY, 1997, p.45).

Outro aspecto do debate sobre o Movimento Negro e a questão étnico-racial no Brasil, este intrigante, é o “não-debate”, ou seja, o silenciamento discursivo sobre certas questões. A escravidão e o negro, assim como o mestiço, foram considerados durante boa parte do século XIX e do XX, pela “intelectualidade” tupiniquim, como chagas sociais e históricas brasileiras, sendo tema ou te análises negativas, ou sendo simplesmente silenciados. A nível discursivo, essa operação teve relativo sucesso, ainda que contrabalançada por diversos autores importantes, como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, para citar apenas dois. A *doxa* “racial”, contudo, manteve (e ainda

mantém) a ideia da negatividade do negro e da mistura étnica, através do racismo e da discriminação racial, nas relações sociais cotidianas.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, o Movimento Negro e seus intelectuais, como Clóvis Moura e Abdias do Nascimento, foram alguns dos principais atores sociais a desmistificar a ideia de negatividade do negro e a desconstruir a ideologia da “Democracia racial”. Todavia, para que esse projeto se concretizasse, o Movimento teve que criar uma identidade política “negra”. Assim, estabeleceram-se fronteiras étnicas. Ora, nesse processo a mestiçagem é escamoteada. Ao construir identidades étnicas, o que é híbrido, misturado, ambíguo, características dos processos de mestiçagem cultural e étnica, não tem mais espaço, nem na realidade material nem no discurso.

Há aí, por conseguinte, um contínuo silenciamento, por parte do Movimento Negro, da mestiçagem. A Análise do Discurso permite que se pense não só os dizeres e os discursos, mas também os “não-ditos” e os silenciamentos discursivos, como parece ser o caso, na medida em que o silêncio é o “não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante.” (ORLANDI, 1993, p. 23). A mesma autora considera que o silêncio

[...] pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam (ORLANDI, 2009, p. 83).

O jornal *Afro-Latino-América*, por exemplo, contém poucas referências à mestiçagem. Desde o final dos anos 1970, o Movimento Negro, acadêmicos, e institutos governamentais de pesquisa como o IBGE e o IPEA, tem sistematicamente relegado a mestiçagem para escanteio. É assunto que não se fala. Um dos principais argumentos contra o discurso do hibridismo, por parte dos defensores de uma política “negra”, é o fato – suposto – de que a dissolução de fronteiras étnicas pela mestiçagem teria “desmobilizado” os negros no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, onde fronteiras étnicas mais “nítidas” teriam criado uma solidariedade entre os negros, do ponto de vista político e cultural (HANCHARD, 2001).

Contemporaneamente, um dos exemplos mais interessantes nesse sentido pode (não)ser encontrado no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (2004), do intelectual antirracista Kabengele Munanga. Trata-se de uma das mais importantes e abrangentes obras escritas sobre a questão da mestiçagem na história intelectual brasileira, sem dúvida. Mas em um livro

sobre a história da mestiçagem, não há uma única citação direta de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, um dos maiores pensadores brasileiros quando o assunto é mestiçagem. Munanga reconhece as contribuições de Freyre, mas ao mesmo tempo desfila parte da difamação costumeira e irrefletida de que Freyre seria o criador intelectual da ideologia da “Democracia Racial” (MUNANGA, 2004). O silêncio discursivo, todavia, *enuncia* mais do que omite.

Trata-se de um exemplo entre muitos outros. Um dos principais esforços do Movimento Negro na Conferência de Durban, em 2001, foi o de silenciar sobre a questão do mestiço. Esse silenciamento discursivo parece responder a necessidades políticas apolíneas da (re)construção e (re)atualização do paradigma “racial” no Brasil contemporâneo, como pode ser observado no surgimento de uma imensa produção bibliográfica sobre o “negro”, o racismo e políticas públicas nos últimos anos. As profundas transformações do campo político e teórico do antirracismo na última década exigem uma análise que leve em conta a historicidade de certos conceitos e certos silêncios. A exaltação da “raça” e o silêncio sobre a mestiçagem são centrais.

O Estatuto da Igualdade Racial (2010), por exemplo, é um documento oficial que consubstancia a institucionalização desse conceito, o qual perpassa, contudo, praticamente toda a história intelectual brasileira. Na contemporaneidade, a “raça” reaparece em sentido político no discurso dos intelectuais e militantes do Movimento Negro. O mecanismo da representação racista não é, contudo, quebrado, pelo contrário, continua a perpetuar-se nos enunciados e no cotidiano. No plano discursivo, investem-se as identidades sociais de novas roupagens, muitas delas asfixiantes.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Rio de Janeiro. Vol.12, n.23, 2007, pp. 100-122.
- GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- HANCHARD, Michael G. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2004.

Jornal consultado

Afro-Latino-América – In: **Versus**. São Paulo. Edições: n. 21, mar./abr., 1978 - n. 23, jul./ago., 1978 - n. 24, set./out., 1978.